

# Revista Brasileira de Letras, Linguística e Artes

## AS VARIAÇÕES SOCIAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA

*Elécio Moraes do Nascimento*

*Maria Rivanda Nascimento Ramos*

*Data de aceite:* XX/XX/2025

*Data de submissão:* XX/XX/2025

Todo o conteúdo desta revista está  
licenciado sob a Licença Creative  
Commons Atribuição 4.0 Interna-  
cional (CC BY 4.0).



**RESUMO:** Este artigo discute as variações linguísticas de ordem social no português brasileiro, destacando sua relevância para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Fundamentado na perspectiva sociolinguística, o estudo analisa como fatores como classe social, escolaridade e contexto sociocultural influenciam os usos da língua e contribuem para a formação de preconceitos linguísticos. Defende-se a importância de uma abordagem pedagógica que valorize a diversidade linguística e promova a reflexão crítica sobre as relações entre linguagem e exclusão social. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa e bibliográfica, com base em autores como Bagno, Faraco, Marcuschi e Travaglia, cujas contribuições sustentam teoricamente a análise. O trabalho busca contribuir com uma proposta educativa mais inclusiva, crítica e comprometida com a pluralidade de vozes presentes na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Variação linguística. Preconceito linguístico. Ensino de língua portuguesa. Sociolinguística. Diversidade.

## INTRODUÇÃO

A linguagem constitui um fenômeno social dinâmico, diretamente vinculado às múltiplas realidades culturais, históricas e econômicas que estruturam as sociedades. No Brasil, país marcado por forte diversidade étnicoregional e desigualdades sociais persistentes, a língua portuguesa revela-se em uma multiplicidade de formas e usos, condicionados por diferentes contextos comunicativos e perfis socioculturais. Longe de constituir um sistema uniforme e fixo, a língua se organiza em variações que evidenciam a heterogeneidade dos sujeitos que a utilizam.

Entre as formas de variação linguística, destaca-se a variação de natureza social, caracterizada por diferenças no uso da língua que se correlacionam com fatores como classe social, grau de escolaridade, faixa etária, gênero e profissão. Essa variação, muitas vezes

naturalizada como “erro” ou “fala errada”, é alvo frequente de julgamento e exclusão simbólica, sobretudo quando confrontada com a norma culta — variedade institucionalizada da língua ensinada na escola e usada em contextos formais.

Apesar de ser a variedade valorizada nos meios acadêmicos e profissionais, a norma-padrão representa apenas uma entre as diversas possibilidades linguísticas legítimas. Ignorar essa pluralidade e privilegiar uma única forma de expressão implica reforçar estruturas de dominação simbólica e desigualdade. Nesse contexto, a reflexão crítica sobre as variações sociais da linguagem torna-se fundamental para a formação cidadã e para o combate a preconceitos que se perpetuam por meio do discurso.

Este artigo propõe uma análise das variações linguísticas de base social no português brasileiro, com enfoque na relevância pedagógica de sua abordagem em sala de aula. Por meio de aportes teóricos da Sociolinguística e

da Linguística Aplicada, objetiva-se evidenciar a importância de compreender a língua como prática social e instrumento de inclusão ou exclusão. O público-alvo são estudantes do Ensino Médio e docentes da área de Linguagens, com vistas a contribuir para uma educação linguística crítica, plural e emancipadora.

## JUSTIFICATIVA

Por que se faz necessário trabalhar, no contexto educacional, as variações linguísticas em especial as de ordem social como objeto de estudo legítimo? Essa indagação orienta a presente proposta e se insere em um debate urgente sobre o papel da escola na valorização da diversidade linguística brasileira. Ao reconhecer que a linguagem está profundamente vinculada à identidade dos sujeitos, comprehende-se que desqualificar uma forma de falar significa, em última instância, deslegitimar o próprio falante e sua inserção social.

O ambiente escolar, por sua função normativa, tende historicamente a privilegiar a norma-padrão da língua portuguesa, considerada “adequada” ou “correta” em contextos formais e institucionais. No entanto, tal abordagem, quando desvinculada de uma reflexão crítica, pode operar como instrumento de exclusão e estigmatização de estudantes oriundos de grupos sociais marginalizados. Como destaca Bagno (2007), a imposição de uma única variedade linguística como modelo ideal contribui para a manutenção de desigualdades simbólicas, disfarçadas sob o discurso da correção gramatical.

Nesse cenário, a promoção do respeito às diversas formas de expressão linguística torna-se uma exigência pedagógica e ética. O ensino da norma culta deve, sim, ser assegurado não como forma superior, mas como uma das possibilidades de uso da língua em contextos específicos. Ao mesmo tempo, é imprescindível que o trabalho com a linguagem contemple as variações presentes no cotidiano dos estudantes, valorizando suas práticas comunicativas e estimulando a reflexão crítica sobre o preconceito linguístico.

Assim, justifica-se a elaboração deste estudo por sua relevância teórica, social e educacional. Ao propor uma abordagem que articula os saberes linguísticos às práticas escolares, o artigo visa contribuir com a formação de sujeitos conscientes de seus direitos linguísticos e atentos às relações de poder que atravessam os usos da língua. Reconhecer, respeitar e discutir as variações sociais da linguagem é, portanto, um passo essencial na construção de uma educação mais democrática, inclusiva e crítica.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Sociolinguística, enquanto campo teórico-científico, parte do princípio de que a linguagem varia de maneira sistemática conforme as condições sociais dos falantes. Ao

romper com a concepção normativa e prescritiva da língua, essa perspectiva reconhece que diferentes grupos sociais utilizam diferentes variedades linguísticas, todas igualmente legítimas e funcionais em seus contextos. Essa visão amplia a compreensão tradicional de língua, deslocando o foco da correção formal para a adequação comunicativa. Faraco (2008) sintetiza esse pensamento ao afirmar que a ideia de erro linguístico é antes ideológica do que técnica, pois “o que se considera erro é, muitas vezes, apenas a fala de outro grupo social”.

Nesse sentido, a noção de norma culta deve ser compreendida como uma construção social que atende a interesses históricos e institucionais. Embora necessária em contextos formais, sua centralidade no ensino de língua portuguesa tende a reforçar hierarquias e silenciamentos. Como observa Bagno (2007), a escola frequentemente atua como instrumento de legitimação de um padrão linguístico associado às elites urbanas, o que contribui para o apagamento das demais formas de expressão. Ao ignorar a pluralidade linguística, o discurso pedagógico pode converter-se em mecanismo de exclusão simbólica.

A crítica à homogeneização da língua é também desenvolvida por Marcuschi (2008), ao defender que o ensino deve considerar os gêneros discursivos e os contextos de uso, e não apenas estruturas gramaticais abstratas. Em sua análise, os falantes não operam com uma língua idealizada, mas com repertórios variados, ajustados a propósitos comunicativos concretos.

Assim, “não há uma língua, mas múltiplas formas de usá-la”, o que impõe à escola o desafio de valorizar a diversidade linguística sem abrir mão do ensino da norma padrão como recurso funcional e estratégico.

Nesse panorama, Travaglia (1996) propõe que o ensino da gramática seja concebido como prática de reflexão linguística situada,

capaz de promover o desenvolvimento da competência comunicativa dos estudantes em diferentes registros e situações. O autor defende que uma abordagem sociolinguística não nega a norma culta, mas a ressignifica, inserindo-a em um quadro mais amplo de usos da língua. Essa proposta convida a escola a abandonar o julgamento e adotar uma postura investigativa, em que a variação não é vista como erro, mas como objeto de análise e compreensão.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, ancorada em pressupostos teóricos da Sociolinguística e da Linguística Aplicada. Optou-se por uma abordagem qualitativa por considerar que os fenômenos linguísticos relacionados à variação social não se deixam quantificar de forma objetiva, pois envolvem representações simbólicas, práticas culturais e

percepções subjetivas sobre a norma e o desvio. O recorte bibliográfico se justifica pela intenção de aprofundar discussões teóricas consolidadas, permitindo a articulação entre a reflexão acadêmica e a prática pedagógica.

As principais fontes consultadas compreendem obras de autores reconhecidos nacionalmente no campo dos estudos linguísticos, como Marcos Bagno, Luiz Antônio Marcuschi, Carlos Alberto Faraco e Luiz Carlos Travaglia. Suas produções foram selecionadas por apresentarem contribuições relevantes para a compreensão da variação linguística no contexto brasileiro, com ênfase na relação entre língua e exclusão social, ensino de português e crítica ao normativismo gramatical. A seleção priorizou títulos que abordam, de forma acessível e teórica, a interface entre linguagem, identidade e poder.

O corpus teórico foi analisado à luz das exigências da educação básica, especialmente no que se refere às orientações da Base

Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a diversidade linguística como dimensão estruturante da formação discente no componente de Língua Portuguesa. Assim, o estudo dialoga com práticas escolares reais, sendo atravessado por observações de campo feitas ao longo da prática docente com turmas do Ensino Médio, nas quais se evidenciam os conflitos entre o falar popular e as exigências da norma culta.

Dessa forma, a metodologia adotada visa integrar reflexão teórica, diretrizes curriculares e vivência pedagógica, com o objetivo de elaborar uma proposta crítica de ensino da língua que considere a pluralidade dos sujeitos e de seus modos de expressão. Ao compreender a linguagem como prática social situada, esta investigação busca contribuir para a construção de um ensino mais dialógico, inclusivo e consciente das implicações ideológicas presentes nos discursos sobre “certo” e “errado” em língua portuguesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das variações linguísticas sob a perspectiva sociolinguística permite reconhecer que a língua não é um sistema homogêneo e imutável, mas um fenômeno social plural e dinâmico. Tal constatação é fundamental para o campo educacional, sobretudo no contexto do Ensino Médio, pois desafia práticas pedagógicas centradas exclusivamente na norma-padrão e convida à valorização da diversidade linguística como expressão legítima das múltiplas identidades que compõem o tecido social brasileiro.

Ao discutir a variação social da linguagem, evidencia-se que o uso da língua está atravessado por relações de poder que reproduzem desigualdades históricas. A valorização de determinadas formas linguísticas em detrimento de outras não é neutra, tampouco técnica, mas marcada por critérios ideológicos que operam silenciosamente na construção de

estigmas, hierarquias simbólicas e exclusões. Nesse contexto, a escola assume papel estratégico, podendo tanto reforçar esses mecanismos quanto contribuir para sua superação.

O ensino da norma culta, ainda que necessário, não deve ser dissociado do reconhecimento das demais variedades linguísticas utilizadas pelos estudantes em seus cotidianos. Ensinar a língua portuguesa implica também discutir seus usos sociais, seus contextos de circulação e as representações que se construem sobre o “erro” e a “correção”. Essa abordagem possibilita uma prática pedagógica mais democrática, em que o estudante é valorizado como sujeito de linguagem e não apenas como reproduutor de regras normativas.

Conclui-se, portanto, que abordar criticamente as variações sociais da língua portuguesa no espaço escolar não se limita a um debate técnico sobre formas gramaticais, mas se inscreve em um projeto de formação cidadã, ética e inclusiva. O reconhecimento da legitimidade de todas as formas de falar é condição essencial para a construção de uma escola mais justa, em que a linguagem seja compreendida como direito, e não como instrumento de exclusão.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 18. Ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 55. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- COSTA, Valéria. *Linguagem, poder e identidade: uma introdução à sociolinguística crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. 2. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. P. 19–36.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Linguagem e ensino: funções da linguagem e ensino de português*. São Paulo: Cortez, 2003.